



## Sumário

Atos do Poder Executivo .....	1
Atos do Poder Legislativo .....	9
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.....	15
Secretaria Municipal de Saúde .....	15

## Atos do Poder Executivo

### DECRETO Nº. 1.589, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023.

*Dispõe sobre a regulamentação do disposto nos artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que tange ao Sistema de Registro de Preços (SRP), nos processos e procedimentos que visem a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública Municipal de Gurupi, Estado do Tocantins.*

**A PREFEITA MUNICIPAL DE GURUPI**, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 78, **caput**, inciso IV, e § 1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**DECRETA:**

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Do Objeto e âmbito de aplicação

**Art. 1º.** Este Decreto regulamenta os [art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), para dispor sobre o sistema de registro de preços - SRP para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública Municipal, incluindo os órgãos da administração direta, autárquica e fundacional.

#### Das Definições

**Art. 2º.** Para fins do disposto neste Decreto, considere-se:

I - sistema de registro de preços -SRP - conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contra-

tações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou as entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação e nas propostas apresentadas;

III - órgão ou entidade gerenciadora - órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão ou entidade participante - órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;

V - órgão ou entidade não participante (carona) - órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços;

VI - compra centralizada - compra ou contratação de bens, serviços ou obras, em que o órgão ou a entidade gerenciadora conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada, mediante prévia indicação da demanda pelos órgãos ou pelas entidades participantes;

VII - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF - ferramenta informatizada, integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br, disponibilizada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para cadastramento dos licitantes ou fornecedores de procedimentos de contratação pública promovidos por vários órgãos e pelas distintas entidades da Administração Pública municipal, estadual, federal direta, autárquica e fundacional, o qual poderá ser utilizado para dispensar a apresentação de documentos em processos realizados - verificada a regularidade do participante -, desde que devidamente indicado no edital ou instrumento de contratação;

VIII - Portal de Compras Públicas - Plataforma eletrônica, por meio do qual devem ser realizadas as licitações cujas modalidades sejam Pregão e Concorrência, para o processamento do registro de preços, que poderá ser eventualmente substituída por outra mais eficiente futuramente;

IX – Kit Público – Plataforma eletrônica de protocolo e gerenciamento eletrônico de processos e documentos, em que, obrigatoriamente, deverá ser utilizada para o processamento e armazenamento dos atos e fatos pertinentes as contratações objeto deste decreto, nos termos da norma que regulamentou a instrumentalização dos processos no âmbito de Gurupi; e

X - PRODATA - ferramenta informatizada, integrante do sistema de gestão municipal de Gurupi, contratada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, para o registro formal de preços relativos a prestação de serviços, obras e aquisição e locação de bens para contratações futuras, bem como pelo processamento da gestão de compras, contratos e execução orçamentária.

**Parágrafo único.** Art. 20 do Decreto Municipal nº 406 de 29 de março de 2023 passará a tratar da Aplicabilidade do Sistema de Registro de Preços em contratações diretas, com a seguinte redação:

“Art. 20. Em âmbito municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação e no procedimento auxiliar regulamentados por esse Decreto, as quais seguem regulamentadas pelas disposições do Decreto Municipal editado para regulamentação do referido sistema de registros de preços.”

### DA ADOÇÃO

**Art. 3º.** O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;

II - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas

compras centralizadas, de que trata o inciso VI do Art. 2º deste decreto;

IV - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa.

**Parágrafo único.** O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado, tais como: manutenção predial (corretiva e preventiva), recapeamento asfáltico (tapa buracos).

### DA INDICAÇÃO LIMITADA A UNIDADES DE CONTRATAÇÃO

**Art. 4º.** É permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, nas seguintes situações;

I - quando for a primeira licitação ou contratação direta para o objeto e o órgão ou a entidade não tiver registro de demandas anteriores;

II - no caso de alimento perecível; ou

III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

**Parágrafo único.** Nas situações referidas no *caput*, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

### SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**Art. 5º.** O procedimento para registro de preços será realizado mediante ao atendimento dos requisitos necessários a demanda de contratação, instruído dentro da plataforma eletrônica, tendo a automatização da disputa e julgamento no ambiente virtual do Portal de Compras Públicas, observados os procedimentos indicados e sugeridos em notas, pareceres, despachos e recomendações técnicas da Controladoria e Procuradoria Jurídica do município de Gurupi.

**Art. 6º.** O município de Gurupi poderá ceder o uso e acesso aos sistemas informatizados, por meio de termo de adesão, aos usuários internos dos órgãos ou entidade da administração pública municipal, bem como aos demais entes da federação e suas entidades e órgãos da Administração direta e indireta.

## CAPÍTULO II DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE GERENCIADORA COMPETÊNCIAS

**Josiniane Braga Nunes**  
Prefeita Municipal

**Mario Cezar Lustosa Ribeiro**  
Secretário Municipal de Administração



[www.diariooficial.gurupi.to.gov.br](http://www.diariooficial.gurupi.to.gov.br)  
Endereço: BR-242, km 405 – Saída Leste  
Gurupi – Tocantins  
CEP: 77410-970 | Fone (63) 3301-4312

**Art. 7º.** Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

I - realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;  
b) a inclusão de novos itens; e  
c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

III - consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;

V - exigir a juntada, por meio de evento próprio, ocorrência nos autos eletrônico, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua anuência com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência ou projeto básico, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente;

VI - promover os atos necessários à instrução eletrônica do(s) processo(s) para a realização do procedimento licitatório e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;

VII - remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 30;

IX - gerenciar a ata de registro de preços;

X - conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

XI - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

XII - verificar, pelas informações a que se refere a alínea "a" do inciso I do **caput** do art. 8º, se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 3º e indeferir os pedidos que não o atendam;

XIII - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório e providenciar os atos de publi-

cidade quanto as sanções aplicadas;

XIV - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e providenciar os atos de publicidades quanto as sanções aplicadas;

XV - aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 2º do art. 31, nos termos do disposto no § 3º do art. 31.

§ 1º Os procedimentos de que tratam os incisos I a VI do **caput** serão efetivados anteriormente à elaboração do edital.

§ 2º O órgão ou a entidade gerenciadora poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos ou às entidades participantes para a execução das atividades de que tratam os incisos IV e VII do **caput**.

§ 3º Na hipótese de centralizadas, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá centralizar a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços para todos os participantes.

§ 4º O exame e a aprovação das minutas do edital e do contrato serão efetuados exclusivamente pela Procuradoria Geral do município de Gurupi.

§ 5º O órgão ou a entidade gerenciadora deliberará, excepcionalmente, quanto à inclusão, como participante, de órgão ou entidade que não tenha manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o inciso III do **caput**.

### **CAPÍTULO III DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE PARTICIPANTE COMPETÊNCIAS**

**Art. 8º.** Compete ao órgão ou à entidade participante, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:

I - registrar no protocolo eletrônico, em evento próprio, sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:

a) das especificações do item ou do termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende participar;  
b) da estimativa de consumo;  
c) do local de entrega; e  
d) prazo/condições de pagamento.

II - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente, bem como pelo Grupo Gestor do município de Gurupi;

III - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o inciso I e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 23

da Lei 14.133/2021;

IV - manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anuindo com as condições exarada nos autos, anteriormente à realização do procedimento licitatório;

V - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos IV e VII do **caput** do art. 7º;

VI - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

VII - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

VIII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;

IX - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e promover os atos de publicidades inerentes a aplicação das sanções; e

X - prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão.

#### CAPÍTULO IV

#### DOS PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE PREÇOS

##### Seção I

#### DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS DIVULGAÇÃO

**Art. 9º.** Para fins de registro de preços, o órgão gerenciador deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos da Administração Pública Municipal, na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do **caput** do art. 7º e nos incisos I, III e IV do **caput** do art. 8º.

§ 1º O prazo previsto no **caput** será contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP no Diário Oficial do Município de Gurupi (DOMG).

§ 2º O procedimento previsto no **caput** poderá ser dispensado quando o órgão gerenciador for o único contratante.

**Art. 10.** Os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as IRPs em andamento e deliberarão a res-

peito da conveniência de sua participação.

**Parágrafo único.** Constará nos autos do protocolo eletrônico, que verse sobre contratação, a manifestação do órgão ou da entidade sobre a deliberação de que trata o **caput**.

#### Seção II Da licitação Critério de julgamento

**Art. 11.** Será adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto sobre o preço estimado ou a tabela de preços praticada no mercado.

**Art. 12.** Poderá ser adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens (lotes) quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica.

**Parágrafo único.** A justificativa para adoção de critério de julgamento por lote, deverá constar no termo de referência ou memorial descritivo, contemplando análise técnica devidamente fundamentada.

**Art. 13.** Na hipótese prevista no art. 12:

I - o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será indicado no edital; e

II - a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

#### Modalidades

**Art. 14.** O processo licitatório para registro de preços será realizado na modalidade concorrência ou pregão.

#### Edital

**Art. 15.** O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais estabelecidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disporá sobre:

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, incluída a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, com a possibilidade de ser dispensada nas hipóteses previstas no art. 4º;

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida, desde que justificada;

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote; ou

d) por outros motivos justificados no processo;

IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigar-se nos limites dela;

V - o critério de julgamento da licitação;

VI - as condições para alteração ou atualização de preços registrados, conforme a realidade do mercado e observado o disposto nos art. 25 a art. 27;

VII - a vedação à participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

VIII - as hipóteses de cancelamento do registro de fornecedor e de preços, de acordo com o disposto nos art. 28 e art. 29;

IX - o prazo de vigência da ata de registro de preços, que será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

X - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços e em relação às obrigações contratuais;

XI - a estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos ou entidades não participantes, observados os limites previstos nos incisos I e II do **caput** do art. 32, no caso de o órgão ou a entidade gerenciadora admitir adesões;

XII - a inclusão, na ata de registro de preços, para a formação do cadastro de reserva, conforme o disposto no inciso II do **caput** do art. 18:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços em preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação da licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

XIII - a vedação à contratação, no mesmo órgão ou na mesma entidade, de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, ressalvado o disposto no [art. 49 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e

XIV - na hipótese de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, excepcionalmente, exigir amostra ou prova de conceito do bem na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

**Parágrafo único.** Para fins do disposto no inciso II do **caput**, consideram-se quantidades mínimas a serem cotadas as quantidades parciais, inferiores à demanda na licitação, apresentadas pelos licitantes em suas propostas, desde que permitido no edital, com vistas à ampliação da competitividade e à preservação da economia de escala.

### Seção III

### Da contratação direta Procedimentos

**Art. 16.** O SRP poderá ser utilizado nas hipóteses de contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou uma entidade.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, além do disposto neste Decreto, serão observados:

I - os requisitos da instrução processual previstos no [art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

II - os pressupostos para enquadramento da contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, conforme previsto nos [art. 74](#) e [art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e

III - a designação da comissão de contratação como responsável pelo exame e julgamento dos documentos da proposta e dos documentos de habilitação, nos termos do disposto no [inciso L do caput do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 2º O registro de preços poderá ser utilizado na hipótese de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, para a aquisição, por força de decisão judicial, de medicamentos e insumos para tratamentos médicos.

### Seção IV Da disponibilidade orçamentária

**Art. 17.** A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

§ 1º Embora não seja exigida a indicação da rubrica do orçamento, será exigido que a requisição inicial contemple os valores previstos para o ingresso da despesa;

§ 2º A disponibilidade orçamentária de que trata o presente dispositivo deverá ficar a cargo da Secretaria de Planejamento, haja vista a existência de intenção de compra e/ou contratação pública pelo ente municipal.

### CAPÍTULO V DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Formalização e cadastro de reserva

**Art. 18.** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do **caput** do art. 15;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantive-

rem sua proposta original; e

III - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do **caput** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§ 2º Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea "a" do inciso II do **caput** antecederão aqueles de que trata a alínea "b" do referido inciso.

§ 3º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o inciso II do **caput** e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29.

§ 4º O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no portal eletrônico de contratações e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

### **Assinatura**

**Art. 19.** Após os procedimentos previstos no art. 18, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem, desde que:

I - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

II - a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

§ 2º A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital, sendo aceita a assinatura gov, e disponibilizada no sistema de protocolo eletrônico da municipalidade.

**Art. 20.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no art. 19, observado o disposto no § 3º do art. 18, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**Parágrafo único.** Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata a alínea "a" do inciso II do **caput** do art. 18 aceitar a contratação nos termos do disposto no **caput** deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

I - convocar os licitantes de que trata a alínea "b" do inciso II do **caput** do art. 18 para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**Art. 21.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

### **Vigência da ata de registro de preços**

**Art. 22.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

**Parágrafo único.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 36.

### **Vedação a acréscimos de quantitativos**

**Art. 23.** Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

### **Controle e gerenciamento**

**Art. 24.** O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados por meio da ferramenta de gestão de processos eletrônicos descrito no inciso VIII do art. 2º deste decreto, quanto a:

I - os quantitativos e os saldos;

II - as solicitações de adesão; e

III - o remanejamento das quantidades.

**Parágrafo único.** O disposto no **caput** observará os procedimentos estabelecidos nos instrumentos normativos existentes e manifestações técnicas produzidas ao longo da gestão.

### **Alteração ou atualização dos preços registrados**

**Art. 25.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **Negociação de preços registrados**

**Art. 26.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

§ 1º Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28.

§ 3º Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

§ 4º Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35.

**Art. 27.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

§ 2º Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu re-

gistro, nos termos do disposto no art. 28, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

§ 3º Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no § 2º, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18.

§ 4º Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

§ 5º Na hipótese de comprovação do disposto no **caput** e no § 1º, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

§ 6º O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 35.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

##### **Cancelamento do registro do fornecedor**

**Art. 28.** O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 1º Na hipótese prevista no inciso IV do **caput**, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

§ 2º O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no **caput** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 3º Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

##### **Cancelamento dos preços registrados**

**Art. 29.** O cancelamento dos preços registrados po-

derá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

### **CAPÍTULO VII**

#### **DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

##### **Procedimentos**

**Art. 30.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

§ 1º O remanejamento de que trata o **caput** somente será feito:

I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

§ 2º O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o **caput**.

§ 3º Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32.

§ 4º Para fins do disposto no **caput**, competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

§ 5º Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de entes distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

§ 6º Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação, pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do disposto no § 2º, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio de remanejamento.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

##### **Regra geral**

**Art. 31.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP

poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 1º A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

§ 2º Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 3º O prazo previsto no § 2º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

§ 4º O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.

##### **Limites para as adesões**

**Art. 32.** Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 31:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

§ 1º Para aquisição emergencial de medicamentos e de material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pela Secretaria Municipal de Saúde de Gurupi não estará sujeita ao limite de que trata o inciso II do **caput**.

§ 2º. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o inciso II do **caput**, desde que:



I - seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal; e

II - seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**Art. 33.** Fica autorizada aos órgãos e às entidades da Administração Pública Municipal de Gurupi-TO, a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade federal, estadual, distrital ou municipal.

### **CAPÍTULO IX** **DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS** **Formalização**

**Art. 34.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**Parágrafo único.** Os instrumentos de que trata o *caput* serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

#### **Alteração dos contratos**

**Art. 35.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **Vigência dos contratos**

**Art. 36.** A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no [art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **CAPÍTULO X** **DISPOSIÇÕES FINAIS** **Orientações gerais**

**Art. 37.** Os dirigentes e os agentes públicos que participarem da tramitação processual que verse sobre o SRP responderão administrativa, civil e penalmente, na forma prevista na legislação aplicável, por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso do sistema de protocolo eletrônico ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

**Parágrafo único.** Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações do protocolo eletrônico e os protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.

#### **Regra de transição**

**Art. 38.** Os processos licitatórios e as contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), a [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), ou a [Lei nº 12.462, de 4 de](#)

[agosto de 2011](#), além do [Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013](#), serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta.

§ 1º Os contratos, ou instrumentos equivalentes, e as atas de registro de preços firmados em decorrência do disposto no *caput* serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação.

§ 2º As atas de registro de preços regidas pelo Decreto Municipal nº 738 de 1º de agosto de 2017, durante sua vigência, poderão ser utilizadas por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública federal, municipal, distrital ou estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, observados os limites previstos no referido Decreto.

**Art. 39.** A chefia de gabinete, ou outro órgão a quem a competência seja delegada, poderá editar normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.

#### **Revogações**

**Art. 40.** Fica revogado em 30 de dezembro de 2023:

I - o [Decreto nº 738, de 2017 \(SRP Municipal\)](#).

#### **Vigência**

**Art. 41.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

Gabinete da Prefeita Municipal de Gurupi, Estado do Tocantins, em 26 de Dezembro do ano de 2.023.

**JOSINIANE BRAGA NUNES**  
Prefeita Municipal

## **Atos do Poder Legislativo**

### **LEI MUNICIPAL Nº. 2.697, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023.**

*Dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública a Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Tocantins.*

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GURUPI**, Estado do Tocantins, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Tocantins, cadastrada no CNPJ 02.721.925/0001-57, com sede na cidade de Gurupi, situada na Avenida Humberto de Alencar

Castelo Branco, nº 1.435, setor Morada do Sol, CEP: 77.435-215.

**Art. 2º** - A Associação de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

**Art. 3º** - Cessarão os efeitos da Declaração de Utilidade Pública, caso a Associação:

I - Substitua os fins estatutários ou negue-se a prestar os serviços neles compreendidos.

II - Passe a remunerar os cargos de sua diretoria;

III - Seja utilizada para fins políticos em desobediência a legislação vigente;

IV - Utilize recursos públicos em desobediência a legislação vigente;

VI - Promova atos de desordem ou de incentivo a atos de desobediência às legislação vigente.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete da Prefeita Municipal de Gurupi, Estado do Tocantins, em 26 de Dezembro de 2023.**

**JOSINIANE BRAGA NUNES**  
**PREFEITA MUNICIPAL**

## **LEI MUNICIPAL Nº. 2.698, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023.**

*Altera incisos do Art. 1º da Lei Nº. 2.636, de 14 de Junho de 2023, que desafeta áreas públicas para permuta, e adota outras providências.*

**A PREFEITA MUNICIPAL DE GURUPI, ESTADO DO TOCANTINS**, faço saber que a Câmara Municipal de Gurupi, Estado do Tocantins, aprova e eu sanciono Lei:

**Art. 1º.** Ficam alterados os Incisos I, II, III, IV, V e VI do Artigo 1º da Lei Nº 2.636, de 14 de Junho de 2023, que pas-sam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º. (...)**

**I** – Rua Engenheiro Joffre Parada - parte-A, com área de 1.088,85m<sup>2</sup>, situada no Loteamento Engenheiro Waldir Lins - continuação, desta cidade, medindo: 17,00 metros de frente, confrontando com a Rua A; 17,00 metros de fundo, confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada parte B; 72,91 metros do lado direito, confrontando com os Lotes 01 e 18 da quadra 16; e 73,30 metros do lado esquerdo confrontando com a Rua Melquiades Barros dos Santos.

**II** – Rua Engenheiro Joffre Parada parte-C, com área de 1.088,85m<sup>2</sup>, situada no Loteamento Engenheiro Waldir Lins continuação, desta cidade, medindo: 73,30 metros de frente, confrontando com a Rua Melquiades Barros dos San-

tos; 72,91 metros de fundo, confrontando com o Lote 01 da quadra 13; 17,00 metros do lado direito, confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada parte “B”; e 17,00 metros do lado esquerdo confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada parte “D”.

**III** – Rua Engenheiro Joffre Parada parte-E, com área de 862,99m<sup>2</sup>, situada no Loteamento Engenheiro Waldir Lins continuação, desta cidade, medindo: 64,85 metros de frente, confrontando com a Rua Melquiades Barros dos Santos; 51,30 metros de fundo, confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada-parte “D”; 17,00 metros do lado direito, confrontando com o Lote 01 da quadra 22; e 15,87 metros do lado esquerdo confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada-parte “F”.

**IV** – Rua Engenheiro Joffre Parada parte-F, com área de 819,36m<sup>2</sup>, situada no Loteamento Engenheiro Waldir Lins continuação, desta cidade, medindo: 51,52 metros de frente, confrontando com a Rua Melquiades Barros dos Santos; 59,09 metros de fundo, confrontando com o Lote 02 da quadra 22; 15,87 metros do lado direito, confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada-parte “E” e 15,12 metros do lado esquerdo confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada-parte Remanescente.

**V** – Rua Engenheiro Joffre Parada-parte-G, com área de 401,77m<sup>2</sup>, situada no Loteamento Engenheiro Waldir Lins continuação, desta cidade, medindo: 27,20 metros de frente, confrontando com a Rua Melquiades Barros dos Santos; 27,20 metros de fundo, confrontando com os Lotes 02 e 01 da Quadra 06; 17,00 metros do lado direito, confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada-parte Remanescente; e 17,00 metros do lado esquerdo confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada-parte “H”.

**VI** – Rua Engenheiro Joffre Parada-parte I, com área de 1.464,34m<sup>2</sup>, situada no Loteamento Engenheiro Waldir Lins continuação, desta cidade, medindo: 99,28 metros de frente, confrontando com a Rua Melquiades Barros dos Santos; 99,376 metros de fundo, confrontando com os lotes 05, 04, 03, 02 e 01, da quadra 03; 17,00 metros do lado direito, confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada-Parte “H”; e 17,00 metros do lado esquerdo confrontando com a com a Rua Engenheiro Joffre Parada-Parte “J”.

(...)

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e com efeitos retroativos ao dia 14 de Junho de 2023.

**Gabinete da Prefeita Municipal de Gurupi, Estado do Tocantins, em 26 de Dezembro de 2023.**

**JOSINIANE BRAGA NUNES**  
**PREFEITA MUNICIPAL**

## **LEI MUNICIPAL Nº. 2.699, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023.**

*Altera incisos do Art. 2º da Lei Nº. 2.658, de 10 de Agosto de 2023, que autoriza o Poder Executivo*

*a realizar permuta de áreas públicas para construção do novo terminal rodoviário, e adota outras providências.*

**A PREFEITA MUNICIPAL DE GURUPI**, ESTADO DO TOCANTINS, faço saber que a Câmara Municipal de Gurupi, Estado do Tocantins, aprova e eu sanciono Lei:

**Art. 1º.** Ficam alterados os Incisos I, II, III, IV, V e VI do Artigo 2º da Lei Nº 2.658, de 10 de Agosto de 2023, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 2º. (...)**

**I** – Rua Engenheiro Joffre Parada - parte-A, com área de 1.088,85m<sup>2</sup>, situada no Loteamento Engenheiro Waldir Lins - continuação, desta cidade, medindo: 17,00 metros de frente, confrontando com a Rua A; 17,00 metros de fundo, confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada parte B; 72,91 metros do lado direito, confrontando com os Lotes 01 e 18 da quadra 16; e 73,30 metros do lado esquerdo confrontando com a Rua Melquiades Barros dos Santos.

**II** – Rua Engenheiro Joffre Parada parte-C, com área de 1.088,85m<sup>2</sup>, situada no Loteamento Engenheiro Waldir Lins continuação, desta cidade, medindo: 73,30 metros de frente, confrontando com a Rua Melquiades Barros dos Santos; 72,91 metros de fundo, confrontando com o Lote 01 da quadra 13; 17,00 metros do lado direito, confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada parte “B”; e 17,00 metros do lado esquerdo confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada parte “D”.

**III** – Rua Engenheiro Joffre Parada parte-E, com área de 862,99m<sup>2</sup>, situada no Loteamento Engenheiro Waldir Lins continuação, desta cidade, medindo: 64,85 metros de frente, confrontando com a Rua Melquiades Barros dos Santos; 51,30 metros de fundo, confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada-parte “D”; 17,00 metros do lado direito, confrontando com o Lote 01 da quadra 22; e 15,87 metros do lado esquerdo confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada-parte “F”.

**IV** – Rua Engenheiro Joffre Parada parte-F, com área de 819,36m<sup>2</sup>, situada no Loteamento Engenheiro Waldir Lins continuação, desta cidade, medindo: 51,52 metros de frente, confrontando com a Rua Melquiades Barros dos Santos; 59,09 metros de fundo, confrontando com o Lote 02 da quadra 22; 15,87 metros do lado direito, confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada-parte “E” e 15,12 metros do lado esquerdo confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada-parte Remanescente.

**V** – Rua Engenheiro Joffre Parada-parte-G, com área de 401,77m<sup>2</sup>, situada no Loteamento Engenheiro Waldir Lins continuação, desta cidade, medindo: 27,20 metros de frente, confrontando com a Rua Melquiades Barros dos Santos; 27,20 metros de fundo, confrontando com os Lotes 02 e 01 da Quadra 06; 17,00 metros do lado direito, confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada-parte Remanescente; e 17,00 metros do lado esquerdo confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada-parte “H”.

**VI** – Rua Engenheiro Joffre Parada-parte I, com área de 1.464,34m<sup>2</sup>, situada no Loteamento Engenheiro Waldir Lins continuação, desta cidade, medindo: 99,28 metros de frente, confrontando com a Rua Melquiades Barros dos Santos; 99,376 metros de fundo, confrontando com os lotes 05, 04, 03, 02 e 01, da quadra 03; 17,00 metros do lado direito, confrontando com a Rua Engenheiro Joffre Parada-Parte “H”; e 17,00 metros do lado esquerdo confrontando com a com a Rua Engenheiro Joffre Parada-Parte “J”.

(...)

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e com efeitos retroativos ao dia 10 de Agosto de 2023.

**Gabinete da Prefeita Municipal de Gurupi, Estado do Tocantins, em 26 de Dezembro de 2023.**

**JOSINIANE BRAGA NUNES**  
**PREFEITA MUNICIPAL**

## **LEI MUNICIPAL Nº. 2.700, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023.**

*Dispõe sobre o novo programa de financiamento estudantil, desconto de pontualidade e bolsas da Fundação UNIRG, revoga as disposições em contrário e dá outras providências.*

**A PREFEITA MUNICIPAL DE GURUPI**, ESTADO DO TOCANTINS, faço saber que a Câmara Municipal de Gurupi, Estado do Tocantins, aprova e eu sanciono Lei:

### **DO CRED UNIRG**

**Art. 1º** - Fica consolidado o conteúdo normativo referente ao Programa de Crédito Educativo da FUNDAÇÃO UNIRG – CRED UNIRG, para alunos da Universidade de Gurupi UNIRG, que estudarem na sede localizada no Município de Gurupi, pelo prazo máximo corresponde ao período regular necessário à conclusão do respectivo curso, previsto na correspondente estrutura curricular.

**§ 1º** – O programa que trata do caput deste artigo é destinado a beneficiar acadêmicos:

**I** – Hipossuficientes, egressos do ensino médio e não portadores de diploma de curso superior;

**II** – Professores da rede pública de ensino de Gurupi, independentemente da renda;

**III** – Que não sejam beneficiários de qualquer outra modalidade de financiamento estudantil.

**§ 2º** – Para os fins dispostos nesta lei, considera-se:

**I** – Hipossuficiente: o indivíduo com ou sem rendimento próprio, integrante de grupo familiar cuja renda bruta mensal não ultrapasse o valor equivalente a 03 (três) salários mínimos per capita, e que comprove, nos termos estabelecidos pela FUNDAÇÃO UNIRG, levando sempre em

consideração a situação sócio econômica do grupo familiar, que comprovadamente, não lhe permita custear as despesas do curso superior no qual está matriculado, semprejuízo do sustento próprio ou de sua família;

II – Renda bruta mensal familiar: o somatório de quaisquer verbas percebidas pelo estudante e de todos os membros do grupo familiar, declaradas, consideradas sem a incidência de tributos devidos, ou seja, subtrair a contribuição previdenciária ou similar e dividir o total obtido pelo número de pessoas que constituem esse núcleo;

III – Grupo familiar: núcleo composto por uma ou mais pessoas, que contribuam para com a composição do rendimento ou tenham as despesas atendidas por aquela unidade familiar, residente em um mesmo domicílio, podendo ser ampliada por outras pessoas que contribuam com o rendimento ou tenham as despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas morando em um mesmo domicílio. Ou seja, todas as pessoas que moram em uma mesma residência e que trabalham, contribuindo com as demais pessoas da casa, como também aquelas que dependam desse núcleo.

IV – Todos os rendimentos devem ser considerados: os formais, obtidos por trabalho registrado ou contrato, e os informais ou variáveis. A omissão de qualquer rendimento pode levar à exclusão do estudante do processo seletivo.

**Art. 2º** – Os Créditos Educativos da FUNDAÇÃO UNIRG – CRED UNIRG, será dividido em categorias com os seguintes percentuais de financiamento: (Aplicável em todos os cursos beneficiados)

I – 70% (setenta por cento);

II – 50% (cinquenta por cento) e;

III – 30% (trinta por cento).

**Parágrafo Único** – A hipossuficiência descrita no Art. 1º da presente lei, não se aplica aos alunos que forem contemplados na Categoria prevista no Inciso III deste Artigo.

**Art. 3º** – Os alunos interessados na obtenção do respectivo crédito estudantil deverão manifestar o interesse no ato de requerimento de matrícula, devendo apresentar toda a documentação necessária no mesmo ato ou no prazo previsto no Edital do Programa de Crédito Estudantil – CRED UNIRG, uma vez inserido no programa o aluno terá direito a concluir o curso beneficiado pelo programa.

**Parágrafo Único**: – Se o aluno suspender o curso por período superior a um semestre, deverá iniciar o pagamento do Financiamento Estudantil – CRED UNIRG, em caso de retorno aos estudos no mesmo curso a cobrança será suspensa durante o período em que tiver estudando.

**Art. 4º** – Os cursos abrangidos pelo Programa de Crédito Educativo da FUNDAÇÃO UNIRG – CRED UNIRG, serão divididos em Grupos, com número limitados de alunos por Grupo.

I – Grupo 1

II – Grupo 2

III – Grupo 3

**§ 1º** – Cada curso da Universidade que for contemplado pelo Programa será atribuído a um Grupo por deliberação do Conselho Curador e ato vinculado da Presidência da FUNDAÇÃO UNIRG.

**§ 2º** – Os quantitativos máximos de créditos permitidos a cada Grupo serão estabelecidos pela Presidência da FUNDAÇÃO UNIRG em ato próprio, observado os limites orçamentários e financeiros.

**§ 3º** – Caso haja mais alunos interessados na obtenção do crédito estudantil que o número de vagas ofertadas, o critério de escolha será a classificação do vestibular, caso não ocorra o vestibular será realizada uma seleção que será classificatória, entre os alunos aprovados no vestibular, que terão o seu direito a matrícula resguardado até a realização da referida seleção.

**§ 4º** – O limite alunos beneficiados pelo programa, por semestre, em cada categoria de créditos por curso em cada Grupo será de:

I – Grupo 1

- a) 70% – 5 contemplados;
- b) 50% – 10 contemplados;
- c) 30% – 20 contemplados;
- d) O limite máximo de alunos beneficiados do programa por curso, em cada semestre letivo será de 35 (trinta e cinco) acadêmicos.

II – Grupo 2

- a) 70% – 3 contemplados;
- b) 50% – 6 contemplados;
- c) 30% – 12 contemplados.
- d) O limite máximo de alunos beneficiados do programa por curso, em cada semestre letivo será de 21 (vinte e um) acadêmicos.

III – Grupo 3

- a) 70% – 2 contemplados;
- b) 50% – 4 contemplados;
- c) 30% – 8 contemplados.
- d) O limite máximo de alunos beneficiados do programa por curso, em cada semestre letivo será de 14 (quatorze) acadêmicos.

**Art. 5º** – O saldo devedor do crédito previsto na presente lei deverá ser reembolsado em moeda corrente ou prestação de serviços à própria FUNDAÇÃO UNIRG.

**§ 1º** – O reembolso na forma de prestação de serviço no âmbito da FUNDAÇÃO UNIRG e Universidade UnirG dar-se-á, exclusivamente, após a publicação de Portaria a cada exercício pela Presidência da FUNDAÇÃO UNIRG, que estabelecerá a necessidade do serviço, número de horas necessárias por semana e critérios quanto à forma em que os serviços serão executados.

§ 2º – O valor da hora de trabalho para efeito de abatimento do crédito será:

I – Para o prestador com curso superior concluído será o valor estabelecido no Nível I, Classe A do Grupo 4, constante do Anexo III da Lei Municipal nº 1.774 de 07 de Julho de 2008.

II – Para o prestador concluinte o valor da hora será o do Salário Mínimo Nacional estabelecido pelo Governo Federal, ou do Inciso anterior, caso já tenha outra formação superior.

§ 3º – O reembolso na forma de prestação de serviço no âmbito da administração direta do Município ou de outros entes da administração indireta poderá ser feito mediante remuneração fixada pelo próprio município ou ente beneficiário pelo serviço.

§ 4º – Fica estabelecido o período de carência de até um 01 (um) ano após concluído o curso para o início das contraprestações, sendo financeira ou em prestação de serviços.

§ 5º – É faculdade do beneficiário do crédito optar pela forma de pagamento do saldo devedor, em contraprestação financeira e/ou pela prestação de serviços.

§ 6º – É facultado ao beneficiário do crédito que optar pela prestação de serviços, receber bolsa de até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da prestação, em pecúnia, compensando o restante no saldo devedor no programa.

§ 7º – A bolsa de que trata o § 6º deste Artigo tem natureza indenizatória.

§ 8º – A portaria prevista no parágrafo primeiro do artigo 5º poderá contemplar alunos que ainda não concluíram o curso, desde que haja a necessidade dos serviços e compatibilidade de horário com as atividades acadêmicas do aluno.

**Art. 6º** – Os alunos beneficiados com o programa e que não obtiverem aprovação em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das disciplinas cursadas em dois semestres consecutivos terão o crédito cancelado, devendo restituir à FUNDAÇÃO UNIRG, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores do benefício devidamente corrigidos.

**Art. 7º** – Os alunos beneficiados com o programa também poderão ter o crédito encerrado a qualquer tempo, a pedido do aluno, ou de ofício por comissão instituída no âmbito da FUNDAÇÃO UNIRG para gestão do programa, diante dos casos comprovados de:

I – Fraude ou qualquer outro vício utilizado para obtenção do benefício;

II – Posterior aferição de suficiência de recursos próprios ou do Grupo Familiar, lhe possibilitando sair do estado de carência;

III – Não renovação de matrícula, desistência ou

transferência para outra instituição de ensino superior;

**Parágrafo Único** – O acadêmico inadimplente com as parcelas da mensalidade não financiada fica sujeito às regras de negociação vigente para o semestre, somente sendo autorizada a matrícula mediante pagamento ou negociação.

**Art. 8º** – Os acadêmicos matriculados beneficiados por convênios e/ou termos de cooperação, firmados entre a FUNDAÇÃO UNIRG e municípios, associações representativas de classe, sindicatos e entidades empresariais, poderão ser contemplados pelo programa, de acordo com o grupo em que o curso esteja classificado.

**Art. 9º** – Será facultado aos alunos beneficiados com o programa requererem suspensão do crédito por um período de 06 (seis) meses e transferir de curso.

**Art. 10** – Os valores dos créditos concedidos serão corrigidos exclusivamente pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

**Art. 11** – O pagamento do saldo devedor do beneficiário do crédito, respeitado o período de carência, será de 1,5x (uma vez e meia) o número de meses do benefício recebido, com as parcelas mensais e o saldo devedor corrigido anualmente pela Taxa de Juros estabelecida no Art. 10º da presente Lei.

#### **DO DESCONTO DE PONTUALIDADE**

**Art. 12** – Fica instituído o desconto de pontualidade, de até 8% (oito por cento) para os alunos da UNIVERSIDADE DE GURUPI UNIRG, que realizarem o pagamento de suas mensalidades antes do vencimento;

I – O desconto de pontualidade será concedido aos alunos beneficiados pelo Programa de Crédito Educativo da FUNDAÇÃO UNIRG – CRED UNIRG.

#### **DAS BOLSAS AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU MENTAL MODERADA**

**Art. 13** – Serão disponibilizados 04 (quatro) bolsas integrais de estudos, por semestre, para os cursos classificados nos Grupos 1, 2 e 3, com exceção do Curso de Medicina, contemplando, inclusive, a matrícula para alunos indicados pela Associação Gurupiense dos Amigos do Basquete (AGAB) e pela Associação dos Pais e Amigos de Excepcionais – APAE Gurupi.

§ 1º – Para concorrer a Bolsa o candidato deve possuir deficiência física e/ou intelectual leve e ter capacidade de acompanhar o curso de nível superior.

§ 2º – As bolsas deverão ser divididas entre as instituições indicadas no caput.

§ 3º – O Candidato será submetido a uma avaliação psicopedagógica com equipe técnico-pedagógica da Universidade de Gurupi, que ocorrerá na modalidade presencial, para avaliação que terá caráter eliminatório, caso chegue-se a conclusão de que o candidato não tem condições

de acompanhar a turma.

### **DAS BOLSAS PARA ATLETAS**

**Art. 14** – Serão disponibilizados 20 (vinte) bolsas integrais de estudos, para os cursos classificados nos Grupos 1, 2 e 3, com exceção do Curso de Medicina, contemplando, inclusive, a matrícula para acadêmicos que forem aprovados em processo seletivo como atletas.

§ 1º – As bolsas de que trata do caput deste artigo serão ofertadas para as modalidades estruturadas, com treinos regulares e calendário de competição definidos e aprovados Presidência da FUNDAÇÃO UNIRG e que sejam treinados por preceptores da Universidade UnirG.

§ 2º – Em casos que a modalidade esportiva tenha um calendário de competições restrito a poucas datas, a bolsa se limitará aos meses de competição.

§ 3º – Nas competições fora da cidade de Gurupi, a FUNDAÇÃO UNIRG, poderá conceder diárias de deslocamento para custeio de alimentação, hospedagem e deslocamento urbano para cada atleta, nos moldes da Portaria de Diárias da FUNDAÇÃO UNIRG.

### **DAS BOLSAS PARA SERVIDOR**

**Art. 15** – Será disponibilizada 01 (uma) bolsa integral de estudos, por semestre, para cada um dos cursos classificados nos Grupos 1, 2 e 3, com exceção do Curso de Medicina, contemplando, inclusive, a matrícula para acadêmico melhor classificado no vestibular e que seja servidor efetivo da FUNDAÇÃO UNIRG.

§ 1º – O benefício da Bolsa do caput desse artigo será exclusivo para servidor efetivo da FUNDAÇÃO UNIRG.

§ 2º – Para ter direito a bolsa o servidor, candidato ao benefício, não poderá ter condenação em processo administrativo disciplinar nos últimos 5 anos.

§ 3º – Os alunos beneficiados com a bolsa e que não obtiverem aprovação em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das disciplinas cursadas no semestre perderão o benefício da gratuidade, podendo continuar seus estudos com pagamento regular das mensalidades vincendas.

### **DAS BOLSAS DE MEDICINA**

**Art. 16** – Serão disponibilizados 05 (cinco) bolsas integrais de estudos, uma a cada semestre, para o Curso de Medicina no campus da sede em Gurupi, contemplando, inclusive, a matrícula para o aluno com melhor nota no vestibular e que atendam conjuntamente os critérios estabelecidos nos Incisos I e III, § 1º do Art. 1º da presente Lei.

§ 1º – O benefício da Bolsa do caput desse artigo será exclusivo para acadêmicos com domicílio na cidade de Gurupi, há pelo menos 03 (três) anos, certificada através dos meios convencionais de comprovação de residência.

§ 2º – Para o critério de comprovação da hipossuficiência, caso o candidato a bolsa resida só e não tenha renda

própria, será computado a residência do seu provedor no somatório da renda familiar.

§ 3º – Os alunos beneficiados com a bolsa e que não obtiverem aprovação em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das disciplinas cursadas no semestre perderão o benefício da gratuidade, podendo continuar seus estudos com pagamento regular das mensalidades vincendas.

§ 4º – O limite de acadêmicos estudando em todo o Curso de Medicina com o benefício da Bolsa Integral não poderá ultrapassar a 05 (cinco).

### **DO FUNDO DE CUSTEIO**

**Art. 17** – Fica instituído o Fundo do CRED UNIRG, de natureza contábil, vinculado e gerido pela FUNDAÇÃO UNIRG através da Presidência, destinado ao custeio e operacionalização do Programa de Crédito Educativo e das demais despesas inerentes, que será composto e mantido pelas seguintes fontes de renda:

I – Pagamento do crédito educativo institucional efetuado pelo aluno em decorrência de cancelamento ou encerramento do financiamento;

II – Percentual sobre as taxas e mensalidades arrecadadas pela Casa de Cultura UnirG, a ser definido em até 20%;

III – Doações espontâneas;

IV – Repasse mensal da Prefeitura Municipal de Gurupi do valor correspondente a 20% dos Tributos, como parâmetro recolhidos pela FUNDAÇÃO UNIRG ao TESOIRO MUNICIPAL DE GURUPI;

V – Emendas parlamentares;

VI – Percentual sobre o valor das mensalidades cobradas dos acadêmicos da Universidade UnirG a ser definido em 1%.

**Art. 18** – Os recursos do Fundo poderão ser utilizados da seguinte forma:

I – Para custeio das Bolsas previstas no corpo da presente Lei;

II – Para custeio da folha de pagamento da FUNDAÇÃO UNIRG;

III – Para as demais despesas de custeio da Fundação e Universidade UnirG, desde que autorizada pelo Conselho Curador, em propositura exclusiva da Presidência da FUNDAÇÃO UNIRG.

### **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 19** – Para os créditos vencidos e para os saldos não quitados de parcelamentos firmados até a data da publicação desta lei ficam autorizadas as negociações da seguinte forma:

I – Isenção de até 100% (cem por cento) dos juros de

mora e desconto de até 70% (setenta por cento) da atualização monetária para pagamento à vista;

II – Isenção de até 100% (cem por cento) dos juros de mora e desconto de até 60% (sessenta por cento) da atualização monetária para pagamento em até 10 vezes no cartão de crédito;

III – Isenção de até 100% (cem por cento) dos juros de mora para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas;

IV – Isenção de até 100% (cem por cento) dos juros de mora e da multa para pagamento em até 60 (sessenta) parcelas, mediante incidência de juros descrito no Art. 10º da presente Lei, sobre as parcelas vincendas.

**Art. 20** – As regras estabelecidas pela presente Lei se aplicam aos contratos em que os alunos se encontram matriculados e em situação regular perante a Secretaria Acadêmica.

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 21** – Fica a FUNDAÇÃO UNIRG autorizada a regulamentar, através de Portaria, todos os procedimentos administrativos necessários para a implementação deste Programa, ficando eventuais casos omissos a serem resolvidos pela Procuradoria Jurídica da FUNDAÇÃO UNIRG, observados os princípios que norteiam esta Lei.

**Art. 22** – Compete à FUNDAÇÃO UNIRG editar atos normativos necessários ao cumprimento desta Lei.

**Art. 23** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 24** – Revogam-se os Artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10º, 11, 12, 13 da Lei nº 2.371 de 20 de Dezembro de 2017.

*Gabinete da Prefeita Municipal de Gurupi, Estado do Tocantins, em 26 de Dezembro de 2023.*

**JOSINIANE BRAGA NUNES**  
PREFEITA MUNICIPAL

Estado do Tocantins, no uso das suas atribuições legais e constitucionais;

**CONSIDERANDO** o processo administrativo Nº. 2023009673 - Cujo objeto é locação de estrutura física e equipamentos para eventos diversos, serviços de decoração/ornamentação, segurança não armada e outros; por prazo determinado para atender as demandas dessa secretaria;

**CONSIDERANDO** a necessidade de designar servidor técnico competente para acompanhamento do processo e fiscalização do objeto;

### RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado para exercer a função de fiscal de contrato, bem como o acompanhamento e atesto das notas fiscais a servidora DILMA FRANCISCO LOPES DANTA, Cargo coordenadora III, efetiva/comissionado, matrícula: 486052 telefones: (63) 98114-0738, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente de Gurupi – TO; Processo Licitatório nº 2023001834, que tem como objeto locação de estrutura física e equipamentos para eventos diversos, serviços de decoração/ornamentação, segurança não armada e outros, sem prejuízo de suas funções normais e sem acréscimos em seus vencimentos;

I - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 14 de Junho de 2023;

II - Revogam-se as disposições em contrário; e

III - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE através dos meios oficiais de comunicação da Prefeitura Municipal de Gurupi, CUMPRA-SE.

Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, ao 26 dia do mês de dezembro de 2023.

**PEDRO DIAS CORREA DA SILVA**  
Secretário de Municipal de Desenvolvimento  
Econômico e Meio Ambiente  
Decreto nº 012/2021

## Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

### PORTARIA Nº. 027/2023, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023.

*“Designa Servidora Pública do Município para Fiscalizar e Atestar notas fiscais de Locação de estrutura física e equipamentos para eventos diversos, serviços de decoração/ornamentação, segurança não armada e outros, e dá outras providências.”*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE GURUPI,

## Secretaria Municipal de Saúde

### EXTRATO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 0166/2023

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Gurupi - TO através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde **CONTRATADO:** ANA RITA DAS NEVES POLVORA **CPF:** 579.167.050-87 **OBJETO:** O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidor, para desempenhar a função de MÉDICO, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais **HABILITADO LOTAÇÃO:** 7.781 - MANUT DA POLI-CLINICA- CONTR-BLMAC **DOTAÇÃO:** 7189 – REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA SAUDE ESPECIALIZADA - CONTRATO

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 2º, inciso I e X da Lei 2.392 de 29 de junho de 2018 e suas alterações c/c Decreto nº 448/2020 de 16 de março de 2020 e suas alterações **VIGÊNCIA:** 02 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024. Ficando assegurado o direito recíproco de rescisão antecipada.

**Data de Assinatura:** 26/12/2023.

Gurupi, Estado do Tocantins, aos 26 dias do mês de dezembro de 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
LUANA NUNES GARCIA  
CONTRATANTE



Que neste Natal, a magia do amor, a fraternidade e o respeito se fortaleçam nos lares e no coração de cada cidadão gurupiense.

# Feliz Natal

e um próspero Ano Novo

 **PREFEITURA DE GURUPI**  
Nossa gente, nossa força.